Trabalho apresentado no 26º CBCENF

Título: LEI DO USO DE DISPOSITIVO DE RETENÇÃO VEICULAR INFANTIL E MORTALIDADE POR ACIDENTES DE TRaNSITO

Relatoria: Thaís Amanda Rossa
Laura Razente Grespan
Paloma Luana de Azevedo Ramos da Silva

Autores: Natan David Pereira
Débora Regina de Oliveira Moura
Isabela Vanessa Tavares Cordeiro Silva

Modalidade: Pôster

Área: Eixo 1: Assistência, gestão, ensino e pesquisa em Enfermagem

Tipo: Pesquisa

Resumo:

Introdução: As informações do Relatório Global de Segurança Rodoviária, divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), demonstram que apesar dos esforços contínuos dos órgãos responsáveis, os acidentes de trânsito continuam sendo apontados como uma das principais causas de mortes evitáveis em crianças. Objetivo: Refletir sobre a influência da lei do uso de dispositivos de retenção veicular infantil nas taxas de mortalidade de crianças por acidentes de trânsito. Método: Trata-se de um estudo de reflexão sobre a influência do uso de dispositivos de retenção veicular na ocorrência de mortes infantis por acidentes de trânsito no Brasil e no mundo. Resultados/Discussão: Os dispositivos de retenção veicular são definidos como itens obrigatórios para indivíduos entre zero a 10 anos de idade, ou que possuam até 1,45 m de altura. A não utilização destes dispositivos associa-se a um maior risco de lesões graves, sendo as principais causas de internamento e mortalidade infantil prevenível. Entretanto, mesmo sendo de conhecimento geral os benefícios do uso de dispositivos de retenção, apenas 36 países possuem leis pautadas nas boas práticas estabelecidas pela OMS. Evidencia-se na literatura que fatores como o custo elevado e a acessibilidade são alguns dos principais motivos da não adesão à utilização deste equipamento. Desta forma, é imprescindível que gestores tenham atenção a tais fatores determinantes da adesão ao uso destas ferramentas, implementando estratégias que estimulem e, ainda, viabilizem o acesso a estes dispositivos para prevenir mortes evitáveis em crianças. Já aos gestores e profissionais da área da saúde, em especial os profissionais de enfermagem, cabe o papel de atuarem como educadores, visto que estes possuem contato direto com a população, tendo o arcabouço técnico e científico necessário para idealizar e implementar ações de conscientização. Considerações finais: Os achados reforçam a necessidade da realização de ações de conscientização para a população e também chama a atenção de gestores responsáveis para a importância de estimular e viabilizar meios para que a população consiga seguir adequadamente as recomendações estabelecidas pela OMS no que tange às boas práticas de segurança rodoviária, de forma a garantir uma maior segurança para crianças e, respectivamente, reduzir as altas taxas de mortalidade por uma causa evitável no público infantil.